

**A TUTORIA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE UMA ESTUDANTE CEGA
NO ENSINO SUPERIOR: EXPERIÊNCIA VIVENCIADA NO CERES/UFRN**

**MENTORING IN THE PROCESS OF INCLUDING A BLIND STUDENT IN
HIGHER EDUCATION: AN EXPERIENCE AT CERES/UFRN**

**LA TUTORÍA EN EL PROCESO DE INCLUSIÓN DE UNA ESTUDIANTE
CIEGA EN LA ENSEÑANZA SUPERIOR: EXPERIENCIA VIVIDA EN EL
CERES/UFRN**

**Vitória Nayane do Nascimento Santos ¹; Maria das Graças Bezerra de Azevedo ²;
Francileide Batista de Almeida Vieira ³**

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de Educação (DEDUC), Caicó/RN, Brasil. Email: vitoria2017v@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-7124-9882>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1142468091543974>

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de Educação (DEDUC), Caicó/RN, Brasil. Email: gracasazevedo75@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-1893-7140>
Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0399390370924091>

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de Educação (DEDUC), Caicó/RN, Brasil. Email: francileide.almeida@ufrn.br
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7980-1155>
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0771033292637600>

RESUMO

A inclusão de estudantes com necessidades específicas no ensino superior é uma realidade que tem mobilizado as instituições que oferecem esse nível de ensino, no sentido de promoverem estratégias que oportunizem melhores condições de acesso e permanência desses estudantes. Inserido nessa temática, o presente texto apresenta resultados de uma pesquisa, baseada no método autobiográfico, que aborda a tutoria inclusiva no processo de inclusão de uma estudante cega, no curso de Pedagogia do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES/UFRN, desenvolvida no âmbito do Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva da UFRN. A pesquisa tem como objetivos: descrever o processo de tutoria realizado no percurso acadêmico de uma estudante cega no CERES, como parte da política de inclusão e acessibilidade da UFRN e analisar limites e possibilidades da tutoria no processo de inclusão de uma estudante cega no ensino superior. Pautou-se em legislação que embasa as políticas educacionais inclusivas, como Brasil (2008, 2015, 2025); UFRN (2022) e em autores que discutem a temática, tais como Botti e Rego (2018) e Cavalcante (2022). Os resultados apontaram que o programa de tutoria possibilita a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, pois impulsiona a criação de metodologias e posturas mais acessíveis, de acordo com as necessidades dos estudantes tutorados, culminando com a construção de uma universidade mais justa e inclusiva. Além disso, promove a formação de professores mais sensíveis e comprometidos com a educação inclusiva, ampliando o debate científico e consolidando práticas pedagógicas que valorizam as singularidades dos sujeitos no contexto universitário.

Palavras-chave: tutoria; inclusão; ensino superior; estudante cega.

ABSTRACT

The inclusion of students with special needs in higher education is a reality that has prompted institutions offering this level of education to promote strategies that provide better conditions for these students to access and remain in higher education. Within this context, this paper presents the results of a study, based on the autobiographical method, that addresses inclusive tutoring in the inclusion process of a blind student in the Education program at the Seridó Higher Education Center (CERES/UFRN), conducted within the framework of UFRN's Inclusive Orientation and Tutoring Program. The research aims to: describe the tutoring process carried out during the academic journey of a blind student at CERES, as part of UFRN's inclusion and accessibility policy; and analyze the limitations and possibilities of tutoring in the process of including a blind student in higher education. It was grounded in legislation underpinning inclusive educational policies, such as those of Brazil (2008, 2015, 2025) and UFRN (2022), as well as in authors who discuss the topic, such as Botti and Rego (2018) and Cavalcante (2022). The results indicated that the tutoring program enables the development of more inclusive pedagogical practices, as it drives the creation of more accessible methodologies and approaches tailored to the needs of the tutored students, ultimately contributing to the creation of a more just and inclusive university. Furthermore, it promotes the training of teachers who are more sensitive and committed to inclusive education, broadening the scientific debate and consolidating pedagogical practices that value the unique characteristics of individuals within the university context.

Keywords: tutoring; inclusion; higher education; blind students.

RESUMEN

La inclusión de estudiantes con necesidades específicas en la educación superior es una realidad que ha movilizó a las instituciones que imparten este nivel de enseñanza, con el fin de promover estrategias que faciliten mejores condiciones de acceso y permanencia para estos estudiantes. Enmarcado en esta temática, el presente texto presenta los resultados de una investigación, basada en el método autobiográfico, que aborda la tutoría inclusiva en el proceso de inclusión de una estudiante ciega en la carrera de Pedagogía del Centro de Enseñanza Superior del Seridó (CERES/UFRN), desarrollada en el marco del Programa de Orientación y Tutoría Inclusiva de la UFRN. La investigación tiene como objetivos: describir el proceso de tutoría llevado a cabo a lo largo de la trayectoria académica de una estudiante ciega en el CERES, como parte de la política de inclusión y accesibilidad de la UFRN, y analizar los límites y las posibilidades de la tutoría en el proceso de inclusión de una estudiante ciega en la educación superior. Se basó en la legislación que sustenta las políticas educativas inclusivas, como Brasil (2008, 2015, 2025); UFRN (2022) y en autores que abordan la temática, tales como Botti y Rego (2018) y Cavalcante (2022). Los resultados indicaron que el programa de tutoría permite la construcción de prácticas pedagógicas más inclusivas, ya que impulsa la creación de metodologías y enfoques más accesibles, de acuerdo con las necesidades de los estudiantes tutelados, lo que culmina en la construcción de una universidad más justa e inclusiva. Además, promueve la formación de docentes más sensibles y comprometidos con la educación inclusiva, ampliando el debate científico y consolidando prácticas pedagógicas que valorizan las singularidades de los sujetos en el contexto universitario.

Palabras clave: tutoría; inclusión; educación superior; estudiante ciega.

INTRODUÇÃO

O movimento em prol do direito de todas as pessoas à educação e a outros processos sociais, desencadeou a elaboração de políticas educacionais inclusivas, implementadas em nível internacional a partir da década de 1990, com grande repercussão no Brasil. Nesse contexto, a Declaração de Salamanca, elaborada durante a Conferência Mundial de Educação Especial, defende o “[...] compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino” (Brasil, 1997, p. 1) e se constitui como referencial que promoveu uma ruptura nas concepções e práticas da Educação Especial, modalidade de ensino regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996a).

A educação especial é definida como modalidade de ensino “[...] que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular” (Brasil, 2008). Tal conceito representa um novo modo de organização dessa modalidade, que historicamente, foi estruturada de forma substitutiva à escolarização regular, sendo promovida por instituições especializadas que atendiam a grupos específicos de pessoas, caracterizadas por uma condição de deficiência. Essa mudança foi prevista pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) e regulamentada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015), seguindo as definições presentes na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2009).

No ano de 2025, o Brasil reafirma a opção pela oferta da educação especial na perspectiva inclusiva com a promulgação do Decreto Nº 12.686 (Brasil, 2025), que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, “[...] com a finalidade de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” (Brasil, 2025, Art. 1º). Conforme esse Decreto, a modalidade da educação especial deverá ser ofertada de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, com o intuito de assegurar recursos e serviços

educacionais para apoiar, complementar e suplementar a escolarização desses estudantes.

No contexto das políticas educacionais inclusivas, as Instituições de Ensino Superior – IES, passaram a se organizar com vistas à garantia de condições de acesso aos espaços, recursos pedagógicos e à comunicação para promoção da aprendizagem, bem como a valorização das diferenças, de forma a atender às necessidades educacionais de todos os alunos. A acessibilidade impõe-se como uma necessidade que deve ser garantida por meio da eliminação de barreiras arquitetônicas na edificação dos espaços e barreiras referentes às formas de comunicação, para promoção da aprendizagem de todos.

Visando se adequar a tais orientações legais, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN elaborou a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas, instituída através da Resolução 002/2022 – CONSEPE/CONSAD (UFRN, 2022). Por meio dessa política, a UFRN criou uma Rede de Apoio para identificar e apoiar o percurso acadêmico de estudantes com necessidades específicas, conceito que se refere a pessoas: com deficiências, com Transtorno do Espectro Autista – TEA, com altas habilidades/superdotação, com transtornos específicos da aprendizagem, com transtorno de déficit de atenção/hiperatividade, com dificuldades secundárias de aprendizagem e com mobilidade reduzida.

A Rede de Apoio criada pela UFRN é organizada com uma estrutura que compreende a coordenação geral feita pela Secretaria de Inclusão e Acessibilidade – SIA, a Comissão Gestora de Inclusão e Acessibilidade e a Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade – CPIA, criada em cada centro da instituição, envolvendo professores, estudantes e servidores técnico-administrativos, contando com a representação de diferentes categorias que integram a comunidade do centro.

Conforme definido nessa Política, os estudantes que apresentam necessidades específicas devem solicitar apoio à Secretaria de Inclusão e Acessibilidade, por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, dentro de prazo de 60 (sessenta) dias a partir do início de cada semestre letivo. Após a solicitação do apoio, servidores dessa secretaria realizam uma análise do pedido, com base na qual fazem a apreciação e deferimento da demanda. Quando a solicitação é acatada, os profissionais da SIA responsáveis por esse processo elaboram um Parecer que contempla orientações pedagógicas e acadêmicas, o qual é destinado aos professores que trabalham com esse estudante, bem como à CPIA do centro em que ele estuda. É importante frisar que o

Parecer não é estático, pois o acompanhamento por parte da SIA e da CPIA se dá em todo o percurso acadêmico do estudante, podendo ser alterado de acordo com o contexto, os avanços e os desafios que surgem.

No processo de apoio aos estudantes que integram o público contemplado pela política de inclusão da UFRN, supramencionado, uma das ações que vem sendo realizada consiste no Programa de Tutoria Inclusiva, que se constitui como objeto de estudo da pesquisa que culminou neste trabalho. Nessa perspectiva, o presente texto apresenta informações construídas por meio de uma pesquisa autobiográfica, que tem como participantes as duas primeiras autoras, que são estudantes do curso de Pedagogia do Centro de Ensino Superior do Seridó – CERES e que, no momento da realização da pesquisa, cursavam o nono e último semestre do curso.

A primeira autora é uma pessoa cega e a segunda atua, desde o primeiro semestre do curso, como tutora da primeira, tendo sido selecionada por meio de edital específico para o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva. O interesse por sistematizar uma pesquisa sobre o objeto por nós delimitado, surgiu das nossas vivências no contexto da Tutoria Inclusiva.

Consideramos que o trabalho tem grande relevância por apresentar informações e reflexões sobre uma temática atual, que se constitui como uma alternativa que pode contribuir significativamente para o processo de inclusão de estudantes com deficiência ou com outras necessidades específicas no ensino superior. Além disso, a escolha do método autobiográfico possibilita a narração reflexiva de pessoas que vivenciaram a experiência da tutoria inclusiva, apontando limites e potencialidades desse programa. Assim, por meio dos resultados da pesquisa, a UFRN poderá aprimorar esse programa.

Os objetivos definidos para o presente trabalho foram: descrever o processo de tutoria realizado no percurso acadêmico de uma estudante cega no CERES, como parte da política de inclusão e acessibilidade da UFRN e analisar limites e possibilidades da tutoria no processo de inclusão de uma estudante cega no ensino superior. A seguir, será feita uma discussão sobre a abordagem metodológica escolhida, sobre os eixos temáticos que constituem o artigo e, por fim, apresentaremos os resultados e discussões, seguido das considerações finais.

ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

APONTAMENTOS SOBRE O TIPO E O PERCURSO DA PESQUISA

A presente pesquisa tem como objeto de estudo o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva, desenvolvido no âmbito da Política de Inclusão e Acessibilidade das Pessoas com Necessidades Específicas da UFRN, a partir de uma experiência vivenciada por uma estudante cega, que cursa Pedagogia no CERES e que recebeu apoio da instituição por meio do programa supramencionado.

A pesquisa se insere na abordagem qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1994) é caracterizada pelo modo que o investigador se põe em um contexto específico para a sua área de pesquisa e nele, levanta informações que conduzem a conclusões com base na fundamentação teórica que possui. “Na investigação qualitativa a fonte direta de dados é o ambiente natural, constituindo o investigador o instrumento principal” (Bogdan e Biklen, 1994, p. 47). Nessa perspectiva, Ludke e André (1986) apontam que uma das razões para que o investigador possa obter conhecimentos no contexto de investigação é que a imersão na realidade concreta oferece a abertura necessária para desvelar as singularidades que permeiam a vida humana e suas formas de existência.

Dessa forma, a partir das considerações que priorizam o ambiente e as pessoas investigadas, consideramos que a pesquisa qualitativa foi a escolha mais adequada para a realização da nossa investigação. Para a sua execução, inicialmente, foi feita uma revisão bibliográfica de eixos temáticos relacionados ao objeto de estudo. De acordo com Gil, esse tipo de pesquisa é “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (Gil, 2010, p. 50). Assim, é necessário ressaltar que as leituras realizadas foram imprescindíveis para o aprimoramento e para a fundamentação que perpassa o presente trabalho.

Considerando os objetivos traçados para a realização da pesquisa, compreendemos que a metodologia que mais se adequava para a sua execução seria a pesquisa autobiográfica, adotada como método na construção das informações. Em relação a essa abordagem de pesquisa, Marques e Satriano (2017) afirmam que a pesquisa autobiográfica é viável, válida e, além disso, muito apropriada no estudo sobre o ser humano, pois, por meio da narração e reflexão, possibilita o processo de enunciação e construção da realidade interna e externa, que se constitui, também, como um processo de autoformação.

Para a realização da pesquisa, inicialmente foram definidos os objetivos a partir dos quais foram traçados indutores sobre os quais passamos a narrar a experiência, de modo analítico e reflexivo, estabelecendo relações com a revisão de literatura realizada, na busca por responder às indagações iniciais, que culminaram nos objetivos da

pesquisa. Assim, o presente artigo descreve o processo de tutoria realizado no percurso acadêmico de uma estudante cega no CERES e analisa limites e possibilidades da tutoria no processo de inclusão de estudantes cegos no ensino superior.

CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Neste tópico, abordaremos nossa própria caracterização para proporcionar melhor a compreensão por parte dos leitores e para situar os papéis de tutora e tutorada no processo investigativo relatado. Considerando a escolha pelo método autobiográfico, usaremos os verbos na voz ativa, utilizando a primeira pessoa do discurso. É importante destacar que, pelo fato de as autoras do trabalho serem, também, as participantes que fornecem as informações relacionadas com os objetivos da pesquisa, no tópico referente aos resultados, será sempre descrito qual das duas fizeram o relato. As demais partes do texto são de autoria coletiva.

Informações sobre a participante tutorada

Sou uma pessoa com deficiência visual, e neste relato apresento minha caminhada educacional, marcada por barreiras, descobertas e conquistas que influenciaram meu processo de inserção escolar até chegar ao ensino superior. Nasci prematura, passei um longo período na Incubadora Neonatal e fiquei cega aos 9 meses de idade devido à forte luminosidade da incubadora, desenvolvendo um quadro irreversível de retinopatia da prematuridade, com deslocamento de retina em ambos os olhos.

Antes de iniciar minha trajetória na escola regular, frequentei o Instituto de Educação e Reabilitação de Cegos, onde eu fui alfabetizada em Braille e aprendi a utilizar alguns recursos didáticos necessários para o desenvolvimento da minha vida pessoal e profissional, adquirindo mais independência.

Durante a minha escolarização enfrentei inúmeras barreiras: a escassez de materiais acessíveis, a falta de recursos tecnológicos adequados e, sobretudo, o preconceito e a desconfiança quanto à minha capacidade de aprender. Esses obstáculos moldaram minha trajetória e me colocaram diante da necessidade de desenvolver resiliência e persistência. Algumas vezes, eu contava com auxílio dos meus colegas para copiar os conteúdos do quadro, ocasião em que eles falavam em voz alta o que

estava escrito na lousa para que eu fizesse as minhas notações, com uso da reglete ou da máquina Perkins.

Além disso, para a representação de imagens, a professora de AEE confeccionava materiais em alto relevo para facilitar minha compreensão, utilizando barbantes, EVA, e alguns tipos de cola para dar uma textura marcante no papel. Meus pais me ajudavam nas tarefas de casa, pois não havia livros didáticos em Braille. Quanto às atividades propostas pelos professores e avaliações eram feitas da seguinte forma: as respostas das provas eram elaboradas em Braille e, após isso, a professora da sala de recursos multifuncionais transcrevia tudo em letras cursivas para que os professores soubessem o que estava escrito no papel, a fim de realizar as correções.

A realização do ENEM exigiu adaptações para garantir acessibilidade, tais como sala individual, prova em Braille, auxílio de leitor e transcritor. Mesmo com tempo adicional, a leitura integral em Braille seria inviável e o leitor se mostrou essencial para agilizar o processo, repetir questões, quando necessário, e garantir melhor aproveitamento do tempo disponível.

No ano de 2020 ingressei na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, no curso de Serviço Social. Porém, não consegui permanecer nessa graduação devido à pandemia, que afetou toda a humanidade naquele momento. No ano de 2022, ingressei na UFRN, no curso de Pedagogia, onde estudo atualmente, cursando o 9º período. Além disso, eu conto com o auxílio da SIA, da tutoria inclusiva e da CPIA. Esses apoios possibilitam acessibilidade nos meus materiais de estudo, que são disponibilizados de forma digital, usados através de leitores de tela. As provas são realizadas de forma remota ou presencial com ajuda da tutora no processo de leitura e elaboração de respostas.

Informações sobre a participante tutora

No ano de 2020, concluí o curso técnico integrado em Mineração pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, Campus Avançado de Parelhas. Posteriormente, no ano de 2022, ingressei no curso de Licenciatura em Pedagogia, no CERES/UFRN, ampliando, desse modo, minha formação acadêmica no campo educacional.

Nesse sentido, ainda no primeiro período da graduação em Pedagogia, recebi um convite para participar do processo seletivo para ser bolsista com a finalidade de atuar

no Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva, exercendo o papel de tutora junto à discente cega, ao longo de sua trajetória acadêmica. Para tanto, inicialmente, participei de uma entrevista conduzida por profissionais da SIA, na qual obtive aprovação para integrar o referido programa, que se estende até os dias atuais, já contabilizando 4 anos de atuação.

No exercício dessa função, desenvolvo atividades sistemáticas de apoio acadêmico direcionadas à estudante. Tal experiência contribuiu significativamente para a consolidação de minha formação profissional, bem como para o fortalecimento de práticas educacionais pautadas nos princípios da inclusão, acessibilidade e equidade no ambiente universitário.

INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: ABORDAGEM SOBRE O PROCESSO DE TUTORIA

Este tópico está constituído de duas partes. Na primeira, serão abordadas algumas informações referentes à inclusão no ensino superior, nível de ensino sobre o qual tratamos no presente trabalho. Na segunda parte, trataremos sobre a tutoria inclusiva, como proposta que vem sendo adotada por algumas IES no processo de inclusão de estudantes com necessidades específicas.

APONTAMENTOS SOBRE A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR EM NOSSO PAÍS

Quando pensamos na definição da educação em uma perspectiva inclusiva, precisamos compreendê-la como uma prática social que deve ser garantida a todas as pessoas, independentemente de suas características pessoais, cultura, gênero, raça condição de deficiência, dentre outros aspectos (Vieira, 2012). Esse direito deve ser inalienável em todos os níveis de escolarização, da educação infantil até o ensino superior. De acordo com Alves e Vieira (2024), uma das primeiras iniciativas institucionais com foco no atendimento educacional para inclusão de estudantes com deficiência ou com outra necessidade específica no ensino superior ocorreu na década de 1990 e foi realizada pelo Ministério da Educação – MEC, por meio da Secretaria de Educação Especial – SEESP, criada para promover ações no campo da educação especial em todos os níveis de ensino. Nesse sentido, destaca-se a criação da Portaria nº 1.793/94 (Brasil, 1994), a qual definia a inclusão de componente curricular que

abordasse essa temática na formação de docentes e de outros profissionais que, em sua atuação profissional, atendessem pessoas com deficiência e/ou outro tipo de necessidade específica.

Por conseguinte, no ano de 1996, o MEC orientou a implementação de uma política educacional efetiva a esses estudantes, visando garantir níveis de desenvolvimento acadêmico mais expressivos, o que se deu por meio do aviso Circular nº277 MEC/GM (Brasil, 1996b), que propôs adequação na elaboração de editais publicados para garantir melhores condições de acesso por parte das pessoas com deficiência (Brasil, 1996b). Visando melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência no ensino superior, no ano de 1999, foi publicada a Portaria n.º 1.679/99 (Brasil, 1999), orientando critérios de acessibilidade. Tal portaria exerceu um importante papel na instrução de processos de autorização e de reconhecimento de cursos superiores e o credenciamento de IES, pois foi uma forma de tentar garantir a remoção de barreiras arquitetônicas nessas instituições, que se constituíam como aspectos impeditivo para muitos estudantes com algum tipo de deficiência, dentre as quais a deficiência visual.

Outro marco que ressaltamos no contexto da educação superior para tentar garantir a melhoria no processo de inclusão de estudantes com deficiência, consiste no Programa Incluir, coordenado pelo Ministério da Educação (Alves e Vieira, 2024). Nesse mesmo sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, elaborada no ano de 2008, definiu claramente o objetivo de:

[...] assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior (Brasil, 2008).

Ao analisar esses marcos normativos e institucionais, constatamos um percurso longo e desafiador que representam tentativas oficiais de garantir uma política formalmente assumida pelo Estado brasileiro, mas que, na prática, ainda não se materializa. Essa tentativa também se faz presente no texto da Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI, Lei nº 13.146/2015 (Brasil, 2015), que também faz referência à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, quando prevê a inclusão de conteúdos relacionados à pessoa com deficiência.

A LBI também prevê a garantia de ações que precisam ser garantidas para o ingresso e permanência de estudantes nos cursos oferecidos pelas IES, profissional e técnica, tais como a garantia do acompanhamento prioritário a todas as pessoas com deficiência; formulários de inscrição de exames em que constem campos específicos para que o estudante informe o que é necessário para assegurar o atendimento a suas necessidades; provas no formato acessível para candidatos com deficiência; equipamentos acessíveis, o que deve ser solicitado, com antecedência, pelo candidato com deficiência (Brasil, 2015).

Com base na exposição anterior, constatamos que há muitas iniciativas por parte do estado e da sociedade em geral, para a efetivação das políticas educacionais inclusivas no ensino superior, com o intuito de que o estudante ingresse no ensino superior e possa permanecer e obter êxito no seu percurso formativo. No presente trabalho, faremos uma discussão sobre a Tutoria Inclusiva, analisando de que modo essa estratégia se relaciona com a inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior.

A TUTORIA INCLUSIVA NO CONTEXTO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE DA UFRN

O ingresso de um estudante no ensino superior costuma ser marcado pela ansiedade em relação a esse novo contexto, caracterizado pela rigidez metodológica, pelo grande volume de leituras e exigências, além do rigor que é próprio da academia. Esse momento pode ser ainda mais desafiador para as pessoas que apresentam algum tipo de deficiência, visto que, historicamente, a universidade é estruturada para alunos considerados dentro do padrão da normalidade. Dessa forma, a garantia de apoio sistemático pode contribuir, consideravelmente, para a permanência do estudante com deficiência na universidade, possibilitando melhores condições de êxito na aprendizagem.

Conforme já mencionado, na atualidade, a SIA, enquanto unidade responsável pela organização do apoio para a efetivação da política de inclusão na UFRN, oferece diversos serviços e programas aos discentes com necessidades específicas, dentre os quais destacamos o papel do revisor de Braille, tradutores e intérpretes de Libras, pedagogos, psicólogos educacionais, profissionais do serviço social e fisioterapia. Além disso, oferece dois programas de atendimento aos discentes, institucionalmente acompanhados, a saber: o Bolsa Acessibilidade, que atende estudantes com deficiência



em situação de vulnerabilidade socioeconômica e o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva, que atende a alunos com necessidades específicas, que apresentam uma demanda mais acentuada em seu percurso acadêmico.

Cavalcante (2022), tece considerações sobre a figura do tutor, que se faz presente em diversas áreas, como por exemplo na área da saúde e na área da educação, de modo particular na modalidade de Educação a Distância (EAD) e no Programas de Educação Tutorial (PET), dentre outras. A autora citada define a tutoria como “[...] uma estratégia de ensino em que os estudantes colaboram mutuamente no processo de aprendizagem, tendo como benefícios tanto ganhos acadêmicos” (p. 33).

A Tutoria Inclusiva tem sido utilizada na UFRN como uma forma de apoio aos estudantes que constituem o público da educação especial na instituição. Ainda de acordo com Cavalcante (2022, p. 31), a Tutoria Inclusiva consiste na “[...] colaboração entre pares, que significa dizer: discentes que colaboram com outros discentes nos aspectos relacionados à aprendizagem, apoio acadêmico, rotina de estudos, adaptação de materiais, revisão de conteúdos, dentre outras atividades acadêmicas”.

No ano de 2014, a UFRN instituiu o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva, com o objetivo de promover melhor acompanhamento ao percurso acadêmico a estudantes com necessidades específicas. O programa busca fomentar ações de acessibilidade no contexto universitário, contribuindo para o processo de permanência e participação dos estudantes com deficiência no ensino superior. Conforme registrado por Cavalcante (2022), no Programa de Tutoria Inclusiva, cada tutor é responsável pelo acompanhamento de até dois estudantes com necessidades específicas, sendo que o plano de atuação junto aos tutorados são elaborados de acordo com as demandas individuais de cada aluno.

Conforme afirma Botti e Rego (2008), o tutor desempenha um papel crucial em todo o percurso acadêmico do tutorando, podendo trabalhar tanto com um aluno individualmente quanto com um pequeno grupo de alunos. No caso relatado, desde o início das atividades em 2022, a tutoria foi realizada de forma exclusiva com uma estudante cega, considerando a complexidade de sua condição e os contextos envolvidos, oferecendo suporte tanto em sala de aula quanto em momentos de estudo autônomo.

Com base em pesquisa realizada durante seu processo de mestrado, Cavalcante (2022) relata que o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva da UFRN concebe a tutoria como a relação estabelecida entre um estudante mais experiente em uma área



específica que utiliza seus conhecimentos para colaborar com um outro estudante que tem alguma necessidade específica. Nessa perspectiva, o tutor é um estudante regular da graduação, com ou sem necessidade específica, que desenvolverá o processo de tutoria na condição de facilitador no processo de ensino e de aprendizagem.

Dessa forma, o discente tutorado é aquele que é acompanhado pela SIA, em cuja triagem realizada pelos profissionais que atuam nessa secretaria, fica constatado que precisa de apoio acadêmico para que possa realizar um desempenho de suas atividades na universidade. O Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva é composto por supervisão de dois profissionais, sendo um deles vinculado à SIA e um docente da UFRN que coordena o programa. Esses dois profissionais serão os responsáveis por fazer a gestão e o acompanhamento das atividades desenvolvidas durante cada semestre. Por conseguinte, os docentes responsáveis pelos componentes curriculares nos quais o estudante tutorado está matriculado também integram esse grupo de pessoas envolvidas no programa de tutoria.

NARRATIVAS REFLEXIVAS SOBRE A EXPERIÊNCIA DE TUTORIA VIVENCIADA NO PERCURSO ACADÊMICO DE UMA ESTUDANTE CEGA NO CERES

Este tópico contempla as informações construídas na pesquisa, bem como as reflexões realizadas em torno delas. Está organizado em dois eixos, a saber: contextualização da organização e designação da tutoria; limites e possibilidades identificados na experiência da tutoria.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO E DESIGNAÇÃO DA TUTORIA

No presente tópico são apresentados os resultados que se relacionam com o primeiro objetivo da pesquisa: descrever o processo de tutoria realizado no percurso acadêmico de uma estudante cega no CERES, como parte da política de inclusão e acessibilidade da UFRN.

No ano de 2022, a SIA lançou o edital para a seleção de tutores destinados à participação no Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva, com vistas a acompanhar estudantes que integram o público contemplado na referida política, conforme já exposto neste trabalho. De acordo com o edital, os candidatos à vaga deveriam estar em níveis mais adiantados do curso. Contudo, considerando a singularidade da estudante

cega, a presidente da CPIA do CERES solicitou a flexibilização desse critério no edital, de modo a possibilitar a seleção de um tutor pertencente à mesma turma da estudante tutorada, visando facilitar o seu acompanhamento acadêmico, o que foi atendido pela SIA.

Dessa forma, a concessão dessa exceção mostrou-se fundamental, considerando as especificidades relacionadas à deficiência visual da tutorada. A escolha de um tutor inserido na mesma sala de aula favoreceu o acompanhamento contínuo das atividades acadêmicas, bem como a mediação e a transmissão de informações de forma mais imediata e contextualizada, contribuindo significativamente para o processo de inclusão e aprendizagem da estudante. A seguir, será apresentado um relato feito pela segunda autora, que conta um pouco desse contexto e organização da tutoria.

Relato da participante tutora

A experiência de atuar como tutora de uma estudante cega foi desafiadora, pois eu não tinha conhecimentos prévios sobre como fazer a mediação para pessoas com essa condição. Para atender às demandas, já no primeiro semestre de tutoria, participei de cursos que ampliaram meu entendimento sobre o acompanhamento de pessoas com necessidades específicas, principalmente de pessoas com deficiência visual. Assim, realizei um curso sobre a criação de documentos digitais acessíveis, que me ajudou a organizar e fornecer materiais de leitura em formatos adaptados, facilitando o aprendizado da estudante. Também participei de um curso de audiodescrição, para aprender a descrever imagens, vídeos e pequenos trechos de filmes. Além disso, fiz um curso para aprender a escrever em Braille, possibilitando-me fornecer materiais adaptados e promover a autonomia da estudante. Esse processo também contribuiu significativamente para minha formação pessoal e profissional.

Durante a graduação, as estratégias pedagógicas e a elaboração de materiais adaptados destinados à tutorada foram fundamentadas em pesquisas acadêmicas, especialmente por meio da análise de artigos científicos, bem como em reuniões realizadas tanto presencialmente quanto pela plataforma Google Meet. A partir da identificação das dificuldades apresentadas pela estudante, foram desenvolvidas adaptações de materiais didáticos em alto relevo, utilizando diferentes texturas, como cola colorida, barbante e algodão, entre outros recursos, assegurando, contudo, a



preservação da escrita Braille, que é o código de comunicação por ela dominado desde o início de sua escolarização.

Nesse processo, a fim de evitar possíveis equívocos na transcrição, a própria tutorada realizava a revisão da escrita antes de sua produção em texturas diferenciadas. Tal prática contribuiu para a fidelidade ao material adaptado e para a efetividade das estratégias pedagógicas adotadas. Assim, já podemos afirmar que a tutoria inclusiva colabora para a facilitar a socialização, a construção de estratégias de permanência, aprendizado e engajamento da estudante tutorada, além de contribuir para uma formação mais ampla da tutora.

LIMITES E POSSIBILIDADES IDENTIFICADOS NA EXPERIÊNCIA DA TUTORIA

Este tópico dialoga com o segundo objetivo da pesquisa, que foi analisar limites e possibilidades da tutoria no processo de inclusão de uma estudante cega no ensino superior. Será iniciado com o relato da primeira autora, que discorre sobre esse indutor.

Relato da participante tutorada sobre o eixo discursivo

Durante toda a minha trajetória escolar eu utilizei o sistema Braille para realizar as atividades propostas pelos professores. Uma das principais dificuldades enfrentadas no meu percurso acadêmico foi a falta da compreensão de textos com linguagem mais complexa, que difere significativamente dos textos aos quais eu tinha acesso na educação básica. Além disso, na universidade, enfrentei muitos desafios no processo de adaptação com as tecnologias digitais. A escassez de materiais em Braille também é um problema muito recorrente nas universidades devido à falta de capacitação dos professores e de recursos didáticos para pessoas com deficiência visual. Uma grande conquista para mim, no início da minha graduação, foi ter conseguido o apoio de uma tutora, através do Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva.

Nos primeiros meses do curso, eu produzia meus próprios resumos, em Braille, utilizando a máquina Perkins, que eu trazia para a sala de aula, de forma a conseguir estudar e revisar os conteúdos, principalmente nas apresentações dos seminários. Naquele momento, muitos professores adotavam textos de livros físicos, que eles escaneavam e disponibilizavam no Sistema Integrado de Gestão de Atividades



Acadêmica - SIGAA, mas nesse formato não era possível realizar a leitura através dos leitores de tela.

Também é importante destacar que o SIGAA não tem acessibilidade para navegação de leitores de tela e, assim, para diminuir o atraso da entrega das atividades e dos conteúdos de todas as disciplinas, minha tutora fez um curso de produção de documento digitais acessíveis por meio dos quais ela transformava os artigos escaneados em PDF acessível para que o leitor de tela pudesse realizar a leitura. Além disso, os textos eram enviados por e-mail devido à falta de acessibilidade no SIGAA.

Diante dessa realidade, com a ajuda da tutora e da coordenação do curso, ficou definido que os professores deveriam adotar, preferencialmente, textos que já estivessem disponíveis em PDF acessível. Quando algum professor precisava usar um texto de livro físico, escaneava o texto, mas esse era remetido, com antecedência, para o Laboratório de Acessibilidade da UFRN, que fazia a conversão para PDF acessível.

Mesmo com essas medidas, eu sentia muita dificuldade por ainda não utilizar esses recursos tecnológicos. Porém, para acessar os textos das diferentes disciplinas, através desses leitores de tela, eu aprendi a utilizar o computador por meio de um sintetizador de voz chamado NVDA (NonVisual Desktop Access) e esse foi um processo mediado pela SIA, pela CPIA do CERES e pela tutora. A partir do uso desses recursos, foi possível alcançar um melhor desempenho em meu percurso acadêmico.

Destaco que outro apoio recebido da SIA foi a possibilidade de contar com um professore cego, que me ensinava, de modo remoto, sobre informática, onde aprendi técnicas de digitação, através do manual datilografia, sendo que minha tutora também me acompanhava nesse processo de formação. No decorrer dessa formação, assistíamos as gravações das aulas e, logo após, fazíamos anotações das orientações dadas pelo o professor. Posteriormente eu copiava essas orientações em Braille para treinar em casa.

Por meio do desenvolvimento das competências relatadas, também estou aprendendo a pesquisar, utilizar o e-mail, fazer slides, digitar e formatar textos no word para transformar em PDF, a criar e salvar arquivos dentro das pastas do computador. O uso do notebook facilita muito esse processo de aprendizagem. Para solucionar alguns desafios enfrentados por mim, o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva ofereceu cursos de audiodescrição, produção de documentos digitais acessíveis e introdução ao sistema Braille para minha tutora.

Na sala se aula, a maior parte das atividades era feita em grupo, a fim de facilitar o meu processo de inclusão na universidade. Além disso, eu escrevia as sínteses dos



portfólios no computador e estudava para apresentação de seminários através do Braille. Nas provas individuais eu digitava minhas respostas no computador e no Braille. Após isso, eu falava tudo que havia escrito para minha tutora e em seguida ela digitava e colocava no SIGAA. Algumas vezes, os professores pediam ajuda para o aluno que exercia monitoria da disciplina, no sentido de ler as perguntas da prova para mim e transcrever as respostas para o papel.

Minha tutora fez um curso de audiodescrição para descrever as imagens de vídeos, slides, desenhos, ambientes, entre outros. Além disso, ela também fez algumas adaptações de materiais táteis para que eu pudesse compreender melhor os conteúdos de algumas disciplinas específicas. Assim, utilizando esses recursos didáticos eu conseguia entender algumas expressões faciais em Libras, através do alto relevo, bem como algumas formas geométricas na disciplina de matemática. Aprendi, também, algumas letras cursivas e seus respectivos formatos.

Na época do Estágio na Educação Infantil eu realizava contação de história para as crianças, fazendo a leitura em Braille. No Estágio no Ensino Fundamental eu desenvolvi um bingo sobre unidade e dezena, além de jogos de rimas. Nesse processo, para escrever no quadro e realizar a leitura do livro didático, eu precisei do auxílio da minha tutora, assim como também na correção das atividades e na colagem de desenhos no mural.

Além disso, a audiodescrição de imagens era feita por colegas, professores e tutora nas apresentações de slides e vídeos, utilizados durante as aulas. Desde o início do curso de pedagogia até os dias atuais são realizados encontros de formações para o uso de leitores de tela através do computador e a atuação da tutora é fundamental para me ajudar nesse processo.

Ao refletir sobre minha trajetória, percebo que minha formação foi marcada pelo uso do Braille e pela superação de desafios ao ingressar no ensino superior, especialmente no aprendizado das tecnologias digitais, com o auxílio do NVDA. Com apoio da minha tutora e professores, desenvolvi habilidades no uso do computador e adaptei estratégias de estudo para acompanhar as disciplinas.

Também reconheço o papel fundamental da minha tutora e dos professores que me acompanharam nesse processo. A presença deles não apenas facilitou meu aprendizado técnico, mas também me deu segurança para enfrentar os desafios. Com relação à tutora, as estratégias que desenvolvemos juntos, tais como assistir às aulas



gravadas, fazer anotações e depois transcrever para o Braille, mostram o quanto foi necessário esse apoio para garantir minha aprendizagem.

Ao mesmo tempo, não posso deixar de refletir sobre as barreiras estruturais que encontrei, especialmente em relação à falta de acessibilidade em plataformas como o SIGAA e em materiais disponibilizados de forma inadequada. Essas dificuldades evidenciam que a inclusão ainda não é uma realidade plena, exigindo esforços adicionais não só de mim, mas também das pessoas ao meu redor. Nesse sentido, o empenho da minha tutora em buscar formação e adaptar materiais foi essencial para minimizar esses obstáculos. Além disso, vejo como os recursos adaptados, como materiais táteis e audiodescrição, ampliaram minha compreensão dos conteúdos. Esses recursos não apenas facilitaram meu aprendizado, mas também demonstraram que, com criatividade e compromisso, é possível tornar o conhecimento acessível.

Por fim, ao recordar minhas experiências nos estágios, percebo o quanto consegui transformar minhas limitações em possibilidades. Atuar com crianças, contar histórias em Braille e desenvolver atividades pedagógicas são ações que ajudam na construção da minha identidade como futura educadora. Mesmo precisando de apoio em alguns momentos, consegui participar ativamente do processo educativo, o que demonstra minha capacidade e meu compromisso com a profissão. Assim, ao olhar para toda essa trajetória, entendo que ela não é apenas uma história de superação individual, mas também um reflexo da importância da inclusão, da acessibilidade e do apoio coletivo. Cada desafio enfrentado contribuiu para minha formação não apenas acadêmica, mas também pessoal e profissional.

Relato da participante tutora sobre o eixo discursivo

Durante minha participação no Programa de Tutoria Inclusiva, uma das principais dificuldades enfrentadas consistiu no desenvolvimento de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades da tutorada, uma vez que esse processo demandava intensa pesquisa, organização de ideias e elaboração de miniprojetos voltados à construção de materiais didáticos adaptados. Ademais, a conciliação de horários para a produção desses materiais mostrou-se desafiadora, tendo em vista o elevado nível de detalhamento exigido, o que implicava maior tempo de dedicação e atenção.

Outro aspecto relevante refere-se à elevada demanda do Laboratório de Acessibilidade na adaptação de artigos e livros escaneados, o que frequentemente ocasionava atrasos na disponibilização dos textos necessários para o acompanhamento acadêmico da tutorada, comprometendo, por vezes, a realização de atividades e a preparação para avaliações. Nesse contexto, com o intuito de minimizar prejuízos no processo de aprendizagem, eu assumi, também, a responsabilidade pela adaptação de artigos e materiais escaneados, atividade que exigia vários dias de trabalho, devido à quantidade e complexidade dos textos. Tudo isso se tornou mais desafiador porque eu também sou estudante e tenho minhas próprias demandas acadêmicas.

A participação no Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva exerceu impactos significativos em minha formação, nos aspectos pessoal, acadêmico e profissional. No sentido pessoal, possibilitou o desenvolvimento de empatia, sensibilidade e compromisso com a inclusão e o respeito às diferenças. Enquanto estudante, contribuiu para o aprimoramento da autonomia, da organização e da capacidade de pesquisa, além de fortalecer a compreensão sobre práticas pedagógicas inclusivas. Já como futura professora, a experiência consolidou a importância de uma atuação docente pautada na equidade, na adaptação de estratégias de ensino e na valorização das singularidades dos educandos, reforçando o compromisso com uma educação verdadeiramente inclusiva.

Durante o primeiro e segundo períodos foram enfrentadas dificuldades, principalmente, em relação à acessibilidade arquitetônica e aos materiais digitais adaptados. No terceiro período a tutorada enfrentou dificuldades em relação à avaliação de escrita pelas crianças, especialmente na disciplina Processo de alfabetização I. Nesse sentido, para que a tutorada pudesse ter êxito na disciplina, as estratégias criadas para a escrita foram a reprodução das letras com cola colorida, de maneira a se produzir um relevo, para que a tutorada pudesse analisar e classificar as escritas dos alunos através do tato.

Por conseguinte, no quarto, quinto e sexto períodos, a tutorada seguiu enfrentando algumas dificuldades tais como: adaptação de materiais acessíveis e dificuldade no contexto arquitetônico. No quinto e, principalmente no sexto período, a tutorada enfrentou dificuldade nas disciplinas Ensino de Matemática 1 e 2. Um dos conteúdos mais desafiadores, abordados nessa disciplina, foi a Geometria, que trazia a necessidade de identificação de figuras. Nesse sentido, foram construídas, juntamente com a tutora e uma colega de classe, figuras geométricas em 3D para que a tutorada

pudesse identificar as características de cada uma delas, tais como o nome, arestas, vértices e faces.

Além disso, para o aprendizado de figuras planas, foi construído conjuntamente pela tutorada, tutora e um colega de classe, figuras geométricas em papelão, coladas em uma folha A4 para que a estudante com deficiência visual pudesse sentir como eram formados as figuras planas e os formatos dos quadriláteros para saber diferenciá-los através de seu formato e características principais. Além disso, a tutorada enfrentou dificuldades na disciplina de Ensino de Ciências Físicas e Biológicas, principalmente em relação à representação de uma célula da cebola. Nesse sentido, foi feita a reprodução da célula da cebola em alto relevo, com uso de barbante, para que a tutorada pudesse identificar, através do tato, como é constituída essa célula.

Durante o sétimo período, a tutorada vivenciou sua primeira experiência prática em sala de aula, durante o Estágio em Educação Infantil, realizado em uma turma de Pré-escola, o que ocorreu tanto na semana de observação como na regência na sala de aula. Desta forma, no exercício da tarefa de tutora, juntamente com a professora orientadora de estágio e representantes da SIA e da CPIA, traçamos algumas estratégias pedagógicas. Durante a semana de observação, utilizamos, continuamente, o recurso da audiodescrição, a fim de manter a tutorada informada sobre os acontecimentos em sala, incluindo o comportamento dos alunos e suas características. Essa estratégia mostrou-se fundamental para garantir sua participação ativa no processo de acompanhamento das aulas.

Posteriormente, na semana de regência, foram realizadas reuniões prévias antes de cada aula, com a finalidade de revisar os conteúdos sob responsabilidade da tutorada. Ademais, ao longo das aulas, a tutora ofereceu suporte constante na execução das atividades, descrevendo o desempenho dos alunos, suas dificuldades e auxiliando na mediação das práticas pedagógicas. Além disso, a escrita no quadro foi realizada com o apoio da tutora, permitindo que os alunos acompanhassem e transcrevessem o conteúdo adequadamente. Durante o período de regência, desenvolvido pela tutorada, foram feitas adaptação de materiais didáticos; transcrição de livros infantis para o Braille, realização diária de reuniões para discussão e orientação, o que ocorria tanto em formato remoto quanto presencial, de modo a garantir o auxílio necessário durante o estágio

No oitavo período, a tutorada apresentou dificuldades na disciplina de Libras, sobretudo no que se refere à expressão facial e à reprodução dos sinais. Diante desse cenário, foram adotadas estratégias pedagógicas específicas com o intuito de minimizar

tais dificuldades, dentre as quais se destacam a utilização da audiodescrição dos sinais e a mediação por meio da reprodução tátil dos movimentos na mão da tutorada, favorecendo a compreensão dos parâmetros da língua.

Adicionalmente, foram elaborados recursos didáticos acessíveis, como a construção de expressões faciais em formato de emojis confeccionados em papelão, com contornos em alto relevo produzidos com barbante. Esse material possibilitou à tutorada a identificação tátil das diferentes expressões faciais, contribuindo para o desenvolvimento da percepção e da associação entre expressão e significado na Língua de Sinais Brasileira.

No oitavo período, a tutorada realizou o Estágio no Ensino Fundamental, atuando em conjunto com sua tutora. Previamente ao início das atividades, foi realizada uma reunião por meio da plataforma Google Meet, com o objetivo de planejar estratégias pedagógicas. Entre as ações definidas, destacaram-se a adaptação de livros didáticos para formatos acessíveis e a elaboração de uma sequência didática composta por atividades igualmente acessíveis.

No que se refere às atividades adaptadas para a tutorada, foram desenvolvidas propostas pedagógicas inclusivas, com ênfase na participação ativa dos estudantes e na mediação do conhecimento por diferentes linguagens. Dentre elas, destaca-se a construção de um bingo matemático adaptado em Braille, no qual a decomposição de números em dezenas e unidades era apresentada oralmente, promovendo o raciocínio lógico e a associação entre representação numérica e simbólica. Ademais, foram realizadas atividades com uso de materiais concretos, como a exploração de dezenas e unidades por meio de agrupamentos com palitos e ábaco adaptado, possibilitando a compreensão tátil dos conceitos matemáticos.

Além disso, foi aplicado um ditado sonoro com identificação de instrumentos musicais, favorecendo o desenvolvimento da percepção auditiva, ampliação do vocabulário e consolidação do processo de alfabetização. Também foram desenvolvidas dinâmicas de escuta e expressão, por meio de atividades com sons do cotidiano e associação de sentimentos, contribuindo para o desenvolvimento da percepção sensorial e da comunicação. No campo das Ciências, foram propostas ações voltadas à conscientização ambiental, com atividades sobre coleta seletiva e reutilização de materiais, incluindo a construção de mural temático adaptado.

Por fim, foram promovidas atividades artísticas e corporais, como expressão por meio de movimentos ao som de diferentes ritmos e produção de desenhos inspirados em

estímulos auditivos, ampliando as possibilidades de aprendizagem significativa. Tais práticas evidenciam o compromisso com uma abordagem pedagógica inclusiva, pautada na acessibilidade, na diversidade de recursos didáticos e na valorização das potencialidades dos estudantes. Dessa forma, a articulação entre planejamento prévio, uso de recursos acessíveis e acompanhamento contínuo contribuiu significativamente para o desenvolvimento das atividades pedagógicas e para a efetiva participação da tutorada nos estágios obrigatórios do curso.

As dificuldades que encontramos durante o processo de tutoria inclusiva se tornaram, para nós, tutora e tutorada, um impulso para nosso aprendizado e desenvolvimento como estudantes universitárias. A realização de adaptações razoáveis, conforme proposto na LBI (Brasil, 2015, p. 16), que consiste em “[...] modificações ou ajustes necessários para que a pessoa com deficiência possa desfrutar de seus direitos em igualdade de condições com as demais pessoas” se constituiu em estratégias para acessibilidade e aprendizagem, permitindo que avançássemos em direção à inclusão e acessibilidade. A estudante tutorada precisou aprender e enfrentar suas principais dificuldades durante sua formação como futura pedagoga, além desenvolver a confiança de que seus sonhos profissionais são viáveis.

Assim, no exercício da função de tutora, eu tive que me aprofundar em temas como acessibilidade digital, audiodescrição e mediação para estudantes com necessidades específicas, principalmente no que se refere à deficiência visual. Nesse sentido, é evidente que as estratégias empregadas, tanto do ponto de vista atitudinal quanto metodológico, produziram resultados positivos, pois atenderam às principais necessidades da estudante tutorada e possibilitaram um bom desempenho acadêmico também para mim. Percebo, portanto, que a educação inclusiva é uma via de mão dupla, em que todos que a percorrem aprendem algo valioso, cultivando empatia, respeito e conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização do processo descritivo e reflexivo que a realização da pesquisa nos proporcionou, podemos constatar que o Programa de Orientação e Tutoria Inclusiva da UFRN possibilita a construção de práticas pedagógicas mais inclusivas, pois se constitui como um processo que impulsiona a criação de metodologias e posturas mais acessíveis, de acordo com as necessidades dos estudantes tutorados.

Sob a perspectiva social, o programa contribui para a construção de uma universidade mais justa e acessível, ao enfrentar barreiras históricas de exclusão e ao fortalecer práticas pautadas no respeito à diversidade e nos direitos humanos. Além disso, promove a formação de futuros profissionais mais sensíveis, críticos e comprometidos com a educação inclusiva, ampliando o debate científico e consolidando práticas pedagógicas que valorizam as singularidades dos sujeitos no contexto universitário.

A experiência vivenciada evidenciou a relevância de problematizar as questões relacionadas à inclusão de pessoas com necessidades específicas e, no caso relatado, à singularidade de uma estudante cega no ensino superior, destacando a importância de programas institucionais de apoio que favoreçam a permanência e o êxito acadêmico desse público. Nessa perspectiva, a tutoria inclusiva configurou-se como uma estratégia pedagógica fundamental para o desenvolvimento da aprendizagem e da autonomia da estudante, ao mesmo tempo em que proporcionou à tutora um processo formativo diferenciado e significativo.

Destacamos que, na situação vivenciada, um aspecto que contribuiu significativamente para o êxito do apoio à tutorada foi a flexibilização que a SIA permitiu no edital de seleção da tutora, permitindo que uma estudante da própria turma exercesse a tutoria. Isso facilitou a mediação, uma vez que as duas participavam das mesmas atividades acadêmicas e, assim, a compreensão das necessidades e possibilidades de construção de estratégias para superação das dificuldades.

Nesse sentido, a tutoria inclusiva apresenta-se como uma das múltiplas estratégias de mediação voltadas à inserção e à participação de estudantes com deficiência visual no ensino superior. Assim, a atuação do tutor ultrapassa o acompanhamento estritamente acadêmico, abrangendo também a orientação, o suporte técnico e o incentivo à construção da autonomia, possibilitando ao estudante a superação de barreiras educacionais e a participação ativa no processo de aprendizagem.

A tutora, sob orientação da coordenação do programa, desenvolveu competências metodológicas e pedagógicas, combinando conhecimento teórico e experiência prática no acompanhamento das atividades e do desenvolvimento acadêmico da tutorada. A tutorada, por sua vez, que traz sua trajetória pessoal marcada por desafios de acessibilidade, aprendizagem e adaptação, se beneficia de uma parceria que contribui significativamente para a sua motivação e diálogo na construção e desenvolvimento de alternativas para aprender e se desenvolver. Nesse sentido,

ressaltamos a necessidade de permanente orientação dos profissionais da SIA e da coordenação do programa para que o exercício da tutoria não seja uma sobrecarga ou responsabilidade principal para o estudante que exerce essa função, principalmente quando o estudante tutorado apresenta necessidades mais especializadas, como é o caso do estudante cego.

A articulação entre essas duas perspectivas possibilita redimensionar o olhar, atentando não apenas os obstáculos enfrentados, mas também as estratégias de superação mobilizadas, bem como os efeitos dessa interação sobre as experiências acadêmicas de ambas. Assim, a tutoria colabora para a facilitar a socialização, a construção de estratégias de permanência, aprendizado e engajamento do estudante tutorado, além de contribuir para uma formação mais ampla do estudante tutor.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isabela Ferreira; VIEIRA, Francileide Batista de Almeida. A CPIA do CERES e a inclusão de estudantes com necessidades específicas no contexto da política de inclusão e acessibilidade da UFRN. **Saberes: revista interdisciplinar de filosofia e educação**. V. 24, nº 1, 2024, ISSN 1994-3879.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Coleção Ciências da Educação. Porto Editora, LDA. Porto: Portugal, 1994.

BOTTI, Sérgio Henrique de Oliveira; REGO, Sérgio. Preceptor, supervisor, tutor e mentor: quais são seus papéis? **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 363-373, 2008.

BRASIL. **Decreto nº 12.686**, de 20 de outubro de 2025. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 1.793**, de dezembro de 1994. Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com portadores de necessidades especiais e dá outras providências. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996a.

BRASIL. Ministério da Educação/Gabinete do Ministro (GM). **Aviso Circular nº 277**. Brasília: MEC/GM, 1996b.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Ministerial nº. 1.679/99**. Dispõe sobre os requisitos de acessibilidade à pessoa portadora de deficiência para instruir processos



de autorização e reconhecimento de cursos e de credenciamentos de instituições.
Brasília: MEC, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.
Disponível em: <http://www.gov.br>. Acesso em: 14 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação**. Sobre necessidades educativas especiais. 2. ed. Brasília: CORDE, 1997.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: Presidência da República, 2015.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007)**. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: decreto legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008; decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4. ed., rev. e atual. Brasília, 2011.

CAVALCANTE, Jéssica Beatriz da Silva. **A tutoria inclusiva na trajetória acadêmica de discentes da UFRN: desafios e contribuições**. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Especial). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas 2010.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**: temas básicos de educação e ensino. 5. ed. São Paulo: Epu, 1986.

MARQUES, Valéria; SATRIANO, Cecília. Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 23, n.51, p. 369-386, jun. a set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. **Resolução Conjunta nº 002/2022-CONSEPE/CONSAD**, de 10 de maio de 2022. Atualiza a Política de Inclusão e Acessibilidade para as Pessoas com Necessidades Específicas na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

VIEIRA, Francileide Batista de Almeida. **Formação, Subjetividade e Criatividade**: elementos para a construção de uma escola inclusiva. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2012.

Submetido em: 30 / 05 / 2026

Aceito em: 02 / 06 / 2026